

# Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro

Romantic socialism and  
the city of Rio de Janeiro

**FANIA FRIDMAN**

Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento  
Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(IPPUR/UFRJ)

[faniam@ippur.ufrj.br](mailto:faniam@ippur.ufrj.br)

---

**RESUMO:** O artigo trata das ideias socialistas que circulavam no Rio de Janeiro entre o segundo e terceiro quartéis do Oitocentos e seus impactos nos projetos urbanos. Inicia com a história da palavra socialismo nos continentes europeu e americano — quando significou uma sociedade baseada na propriedade comum dos bens; estado de paz nas adversidades e modernidade — até o enunciado anticapitalista do socialismo romântico. A crítica romântica ou utópica condenando as grandes capitais, pregava o socialismo que realizaria o cristianismo ou a cidade republicana cuja organização estaria baseada na indústria, nas ferrovias e na livre associação dos trabalhadores. São examinadas as propostas dos socialistas românticos para o Rio de Janeiro através de periódicos, livros e de normas sugeridas pelos vereadores, entre os quais Manuel de Araújo Porto Alegre cuja atuação deve ser apontada. A luta contra a escravidão foi acompanhada por demandas de descanso aos domingos, igualdade das mulheres, sociedades de auxílio mútuo, homeopatia em favor dos despossuídos, higiene pública e de progresso. Às proposições socialistas acompanhava o plano de conjunto inaugurando a perspectiva de harmonizar o território.

**PALAVRAS CHAVE:** Socialismo romântico; Plano; Rio de Janeiro; Posturas; Século XIX.

**ABSTRACT:** The article deals with the socialist ideas that circulated in Rio de Janeiro between 1825-1875 and its impacts on urban projects. It begins with the history of the word socialism in the European and American continents — when it meant a society based on the common property of goods; modernity and peace in adversity — to the anti-capitalist statement of romantic socialism since the first decades of the nineteenth century. Romantic or utopian criticism condemning the great capitals, preached socialism that would carry out Christianity or the republican city whose organization would be based on industry, railroads and the free association of workers. The proposals of the Romantic socialists for Rio de Janeiro are examined through periodicals, books, and norms suggested by the councilmen, among whom Manuel de Araújo Porto Alegre, whose performance must be pointed out. The struggle against slavery was accompanied by demands for rest on Sundays, women's equality, mutual aid societies, homeopathy in favor of the dispossessed, public hygiene and progress. For the socialist propositions followed the general plan inaugurating the perspective of harmonization of the territory.

**KEYWORDS:** Romantic socialism; Plan; Rio de Janeiro; Regulation; Nineteenth century

Este trabalho surgiu de uma pesquisa<sup>1</sup> sobre as ideias que circulavam no Rio de Janeiro no período entre o segundo e o terceiro quartéis do século XIX. Cidade capital, cidade negra, cidade porto, cidade de imigrantes e cidade que se urbanizava rapidamente, foi um lugar de ações que transformaram sua organização e sua gente.

Para Topalov (2014), um dos dilemas de quem estuda o passado são as palavras: utilizar o vocabulário presente nas fontes ou o léxico do tempo do pesquisador? A primeira opção é arriscada porque as coisas mudam sem que as palavras as acompanhem, como também é um risco usar palavras atuais para coisas que não mudaram. Uma possível trilha é oferecida por Marc Bloch e Lucien Febvre — dois historiadores que formaram várias gerações — a de ouvir os atores além do necessário levantamento documental. Esta lição deriva do entendimento que a linguagem é um indício da mentalidade (no sentido de “tomada de consciência”) e, por isto, os fundadores da Escola dos *Annales* indicam que se faça uma história da palavra. É com esta perspectiva que iniciarei o artigo.

A palavra *socialismo* pode ter sido concebida por Morelly, cuja vida é desconhecida e razão pela qual alguns autores apregoam ser um pseudônimo utilizado provavelmente por Denis Diderot ou por François Babeuf. O dito Morelly no seu “Código da Natureza” (1755) defendeu uma sociedade baseada na propriedade comum de bens, na solidariedade e no afeto rompendo com a propriedade privada — origem dos males sociais e morais<sup>2</sup>.

Contrariamente, três religiosos — Ferdinand Facchinei (1766), Apiano Buonofede (1786) e o franciscano Giacomo Giuliani (1803) — empregaram o termo em sentido distinto. Giuliani referiu-se a *socialismo* como um estado de paz mesmo com as desigualdades sociais criadas por Deus. Inclusive no momento da Revolução Francesa (1789) a palavra *socialista* significava “adversário da revolução”.

Se a crítica romântica da civilização capitalista e industrial vinha sendo enunciada desde meados do século XVIII com base em valores e ideais herdados do passado, a modernidade<sup>3</sup> do Oitocentos — trazida pela industrialização e a generalização da economia de mercado — significava progresso, civilização e sofrimento para os homens. Lowy e Sayre em seu livro “Revolta e melancolia. O romantismo na contracorrente da modernidade” (2015) ao tratarem da multiplicidade nacional e cultural do fenômeno, referem-se a diversos “romantismos” — da exaltação feminina, da revolução no espírito europeu, da revelação do inconsciente, da defesa da arte e da cultura com incorporação de princípios ameaçados pelo desenvolvimento de

uma sociedade industrial, e do anti-capitalismo. Para estes autores “A visão romântica caracteriza-se pela convicção dolorosa e melancólica de que o presente carece de certos valores humanos essenciais que foram alienados” (LOWY e SAYRE, 2015, p.43). É uma evocação de uma era pré-capitalista e de um olhar para o futuro sonhado, com a criação de um estado ideal com progresso político e econômico.

O *socialismo*, desde então, teve seu sentido conferido pelo movimento romântico, daí a expressão *socialismo romântico* no lugar de *socialismo utópico*. E um de seus mais importantes pensadores do início do século XIX foi Charles Fourier com sua visão mais pragmática que utópica. Em sua avaliação do capitalismo apontada no livro “*Théorie des quatre mouvements*” [Teoria dos quatro movimentos] (1808), a cidade industrial é tida como epicentro das graves dificuldades sociais. Recomendava a extinção das grandes capitais (dada a impossibilidade de reformá-las) e a organização de falanstérios que abrigariam 1.600 pessoas cada um. Neles haveria um núcleo central, as praças tomariam a oitava parte do assentamento, as ruas mediriam 18 metros de largura, a altura das construções teria a mesma medida e as indústrias ficariam nos subúrbios rodeados por avenidas.

Seu discípulo dileto, Victor Considerant pregava um *socialismo* para superar as precárias condições de vida das populações urbanas realizando o cristianismo através da “verdadeira higiene” com a eliminação do lixo, dos cafés e das casas de jogos aliada à limpeza das ruas, ao conforto e à estética — baseada na retilinearidade e na ampliação da largura das ruas. O cristianismo incluiria também a abolição da escravatura. Este *socialismo* teria sido o mesmo de Étienne Cabet em “*Voyage en Icarie*” [Viagem a Icaría] (1840), uma sonhada cidade republicana desenhada com base no modelo ortogonal. Considerant foi responsável pelo nascimento do jornalismo de inspiração *socialista* podendo-se acrescentar que o principal órgão do movimento fourierista, o jornal *La Démocratie Pacifique*, divulgava artigos vinculados ao debate *urbanístico* da época (MORET, 2001)<sup>4</sup>.

Joseph Applegath, um seguidor de Robert Owen que aderiu à colônia *New Harmony* em Indiana (Estados Unidos), provavelmente em 1820-1821, teria denominado *socialistas* aqueles vinculados à doutrina cooperativista. O semanário *The Crisis*, pertencente a Owen, empregava as palavras *socialista* e *socialismo* neste sentido em seus artigos desde 1832.

Para o visionário conde Saint Simon a resolução das mazelas humanas implicaria na transformação pacífica e radical da sociedade com a constituição de uma base cristã na organização científica da indústria e dos

homens. Quanto à disposição urbana, o *socialismo* sainsimoniano tinha como um de seus traços distintivos a prioridade às vias de comunicação que trariam a paz e a felicidade para a humanidade.

Oponentes ao individualismo e à economia competitiva, entre os socialistas românticos estava Pierre Leroux que introduziu a palavra *socialismo* na França<sup>5</sup>. Ele fundou e dirigiu o *Le Globe*, órgão dos sainsimonianos, no qual apontava em suas colunas a necessidade da formação de sociedades de previdência e de socorro mútuo pelos operários, ou seja, sua ideia de *socialismo* era mutualista e associativista sem repressão às mulheres pelos homens, aos estrangeiros pelos nacionais e aos proletários pelos burgueses<sup>6</sup>. Republicano, propagava uma nova religião “humana fraternal”, fundamentada no evangelho “liberdade, igualdade, fraternidade e união”.

O *socialismo* tornou-se tema de discussão entre autores liberais, reformadores sociais e humanistas cristãos. Louis Reybaud,<sup>7</sup> no verbete que escreveu para o “Dictionnaire de l’économie politique” [Dicionário de economia política] que veio a lume em 1853, definiu como *socialistas* os que buscam a civilização perfeita através da transformação das leis, dos costumes, do futuro, dos homens, dos métodos do trabalho e do governo, e da terra e do céu (REYBAUD, 1853, p. 629). Apesar de próximo à linhagem de Villermé, Reybaud era considerado um liberal conservador.

Pierre-Joseph Proudhon, que também pode ser compreendido como um pensador romântico, era crítico da centralização do poder e da burocracia e se considerava um “anarquista, mas amigo da ordem”. Concebeu sua obra entendendo o trabalho como única fonte de valor e a propriedade como um roubo em “Qu’est-ce que la propriété” [O que é a propriedade?] (1840). Chamando de elitistas e filantropos os adeptos de Saint Simon, e de autoritários os de Fourier, ambicionava uma sociedade sem classes a partir da associação (livre e espontânea) dos trabalhadores contra a exploração capitalista. A associação ou sistema mutualista seria o meio de emancipação econômica e política e de afirmação da classe operária como sujeito histórico.

Para os reformadores sociais e humanistas cristãos, *socialismo* vinculava-se à união entre as classes para superar a situação desumana dos pobres. Na década de 1840, Louis-René Villermé — o precursor da medicina do trabalho na França — realizou um levantamento sobre as condições de vida dos operários, incluindo a moradia, a saúde, o trabalho infantil e a organização social. Na mesma ocasião, a privação do operariado sensibilizava a Igreja e, entre os “católicos sociais”, a Ordem de São Vicente de Paula francesa averiguou o estado da higiene nos alojamentos dos trabalhadores na cidade

de Lille. A *Société d'Economie Charitable*, reunida a partir de 1847 e adepta das ideias do engenheiro de minas e sociólogo cristão Frederic Le Play, denunciava o estado sanitário dos bairros pobres em seus “Annales de la Charité”<sup>8</sup>. Por sua vez, Le Play formou, em 1855, a *Société d'Economie Sociale* da qual fizeram parte Villermé e o naturalista Saint Hilaire, dentre outros. Esta sociedade publicou, a partir de 1857, os estudos monográficos “Les ouvriers des deux mondes” com o sugestivo subtítulo de “Estudos sobre os trabalhos, a vida doméstica e a condição moral das populações operárias dos diversos países e sobre as relações que as unem às outras classes”.

Na perspectiva *socialista* da transformação social através de novos espaços — concepção que para diversos autores como Picon (2001), Moret (op.cit.), Papayanis (2001) e Bourillon (2002) conformaria a pré-história da haussmannização que marcaria o nascimento do urbanismo moderno — o *socialista* pós-fourierista Michel Perreymond (um pseudônimo) publicou nove estudos na *Revue Générale de l'architecture et des travaux publics* (1842-1844). Tal como seu mestre, ao discordar das intervenções pontuais e levando em conta as demandas reclamadas pela população, pela imprensa e pelos conselheiros municipais, propôs um *plano de conjunto* para resolver os problemas sanitários e de circulação em Paris. O plano, baseado na circulação “na” e “a partir” da cidade, ampliando a escala de intervenção, previa o alargamento e a abertura de vias e de praças e a melhoria dos meios de transporte. Ao pretender aliar o desenvolvimento econômico à técnica, tais medidas assegurariam a convergência a um ponto comum na cidade onde haveria espaços hierarquizados. Além de estimular o progresso da hinterlândia, as partes decadentes do núcleo central seriam demolidas para ali localizar as funções administrativas, culturais, religiosas, comerciais como também de moradia.

Enfim, apenas em 1878, quando a contestação ao capitalismo já estava há tempos consagrada, a *Académie Française*, encarregada de definir, normatizar e aperfeiçoar a língua francesa através de seu dicionário, introduziu a palavra *socialismo*: “Doutrina de homens que pretendem modificar o estado da sociedade e reformá-la através de um plano inteiramente novo” (DICTIONNAIRE DE L'ACADÉMIE FRANÇAISE, 1878, p. 753).

Apresentarei a seguir as repercussões dos *socialismos* e dos *socialistas* românticos no Rio de Janeiro que fomentaram experimentações de ideais progressistas para a cidade.

## Socialismos românticos no Rio de Janeiro. Publicações, personagens e ideários

O primeiro periódico no Brasil a explicitar o termo socialismo teria sido O Globo, de orientação sansimonista tal como seu congêneres francês. Em sua primeira edição publicada na cidade, o definia como uma “ciência social” de ordenação do trabalho. Ao socialismo acompanhava o plano, binômio fundamental que verificaremos em referências adiante. Naquele exemplar encontram-se os fundamentos da teoria de Fourier “ainda muito estranha no Brasil” (O Globo, 13/10/1844, p.3) e a recomendação de um “plano de organização para as vilas que (os novos habitantes) devem povoar” (O Globo, 13/10/1844, p. 2) antes da implementação da política de imigração<sup>9</sup>.

Nossas cidades insalubres, nossas aldeias, nossas vilas serão substituídas pelas salubres e suntuosas moradas discutidas pelo gênio de Fourier. Este palácio fornecerá todo o necessário e ainda o ar, a água pura, a luz, o calor, conforme o gosto de cada um. (...) Todo o trabalho executado em comum nas salas de reunião, nas oficinas ou nos risonhos campos do falanstério se tornará um prazer e uma festa. (...) A idade do ouro vai renascer. A harmonia substituirá a discórdia. A nova Jerusalém descerá sobre a terra, Deus habitará entre nós (O Globo, 13/10/1844, pp.3-4)

O Globo manifestava-se contra a escravidão e a favor da luta pelo descanso aos domingos e pela igualdade das mulheres. O periódico reconhecia o progresso no “trabalho admirável das máquinas”, na colonização como alternativa à abolição da escravatura e na organização dos trabalhadores em associações mútuas (cujo papel na cidade será analisado logo à frente), como revelam as citações abaixo:

A força e habilidade natural do operário são multiplicadas pelo auxílio das máquinas, e o trabalho cria no mesmo tempo muitos mais produtos (...) (O Globo, 04/06/1853, número 149).

(...) o homem, a seu turno, emancipa a mulher daquele antigo jugo, com que as oprimiam nos primeiros tempos de incivilização [sic], eleva-a e concentra-a em seu coração, de modo que sendo a seus olhos mais digna, mais nobres e dignas se apresentam as suas relações à vista do mundo (O Globo, 20/01/1852, número 5).

(...) Entre os meios de remediar os males, que devem resultar da supressão do tráfico, o que se oferece como mais diretamente próprio para esse fim, é a colonização. (...) A melhor colonização seria a de pessoas aqui nascidas ou residentes, as quais se poderiam atrair com muito menores dispêndios para os pontos, onde, havendo boas terras incultas, conviesse estabelecer novos focos de população e civilização. (...) E se nesses lugares se estabelecessem escolas práticas de agricultura, horticultura, e criação de gado com mestres das artes veterinárias, as vantagens de tais estabelecimentos seriam no meu entender, centuplicadas (O Globo, 09/07/1853, número 159).

Em suma, qualquer que seja o meio da beneficência, a sua origem é religiosa — e religioso, moral e humanitário, é também o seu fim. (...) Na associação e no socorro mútuo — chamem-lhe socialismo, ou algum outro nome excomungado pelo monopólio que se receia — nós vemos neles a mais bela prática de caridade e fraternidade evangélica. (...) Pelo motivo que temos exposto, e por muitos outros que não cabem num pequeno artigo recomendamos a todas as classes, especialmente as do trabalho, que continuem com zelo e fervor na associação. Mas é conveniente e lícito que o governo, com sua ação benéfica, proteja com a lei e justos regulamentos as associações de beneficência ou montepios, e as confrarias para evitar que o abuso as entre e corrompa (O Globo, 28/06/1853, número 156, GRIFO NOSSO).

As associações dos trabalhadores são, portanto, um tema ingente que é preciso mencionar. Batalha (2010) aponta que, durante muito tempo, as sociedades de auxílio mútuo foram encaradas como a pré-história da formação da classe operária, no entanto a questão deveria ser colocada em outros termos. É preciso considerar, como no livro seminal de Luca (1990), que o desenvolvimento do núcleo urbano fez da cidade um espaço potencial de conflitos que também acionou mecanismos capazes de estimular a solidariedade como estratégia dos trabalhadores para escapar às condições de pobreza. Dito de outra forma, cabe relacionar o processo de estruturação física cidadina às dinâmicas sociais.

Seriam duas as questões pertinentes ao assunto: a formação do operariado e da consciência de classe a partir das continuidades e discontinuidades, e a análise de suas ações de resistência. Mesmo que tal debate ultrapasse os limites deste artigo, é preciso reconhecer a continuidade entre as

corporações e/ou irmandades leigas de categorias profissionais que, proibidas pela Constituição de 1824, foram substituídas pelas sociedades de auxílio mútuo. Estas<sup>10</sup> ao tornarem-se a única forma possível de organização legal para os trabalhadores, passaram a desempenhar papel “previdenciário” — de socorro aos associados e de sua família nos casos de problemas de saúde; de provisão de auxílio financeiro em caso de necessidade e de educação dos sócios e de seus filhos — e de defesa da profissão na luta por melhores salários e condições de trabalho e contra a concorrência estrangeira e dos escravos de ganho.

Quando a cidade foi separada da província do Rio de Janeiro tornando-se Município Neutro e mantendo a capital do Império pelo Ato Adicional de 1834, a maior parte das sociedades de trabalhadores livres no Rio de Janeiro, criadas a partir de então até 1875, possuía caráter mutualista e de construção cotidiana de identidade de interesses. Pode-se mesmo afirmar como Batalha (1999) — partidário da análise de Thompson (2004) — que as agremiações sofreram clara influência de Proudhon que tinha no mutualismo um instrumento da ação autônoma dos trabalhadores urbanos. E mais, que a formação da classe operária faz parte do processo de industrialização, e não como sua consequência. Exemplo paradigmático é o da Associação Typographica Fluminense que, desde 1856, editava o primeiro jornal operário, o *Echo da Imprensa*. Seu movimento grevista, em 1858, foi detonado pela luta por aumento (recusado) dos salários e contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade e dos alugueis. Durante a greve a Associação publicou o *Jornal dos Typographos* onde se divulgavam ideais socialistas:

Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo de se guerrear por todos os modos legais toda a exploração do homem pelo mesmo homem e caminhar-se desafiada e rasgadamente sob o estandarte da liberdade à aquisição da justa igualdade e da dignidade moral do homem; já é tempo de pôr termo às tiranias de toda a casta, e dar pátria, lar e aras aos boêmios da indústria, que o egoísmo estúpido dos empreendedores da indústria, capitalistas e outros, ejusdem purpuris, retém na escravidão” (*Jornal dos Typographos*, 23/1/1858, Comunicado, Os artistas, p. 1).

No final deste artigo, encontra-se o Quadro 1 com as 27 associações de trabalhadores organizadas no Rio de Janeiro no período de 1835-1875 entre mutuais, montepios, cooperativas, sociedades beneficentes, educativas e culturais.

*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, editado desde 1º de agosto de 1845 por Benoit Mure, saía a cada três dias em Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro, daí a importância de sua referência aqui. No primeiro número, o *socialismo* foi interpretado como “introdução de novidade no progresso universal (...) quer na parte moral, quer na material (...) seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros” (*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, 01/08/1845 apud RODRIGUES, 1996, p.3) conservando o que houvesse de bom e melhorando o insuficiente.

A gazeta manifestava-se a favor do fim da escravidão, da demarcação das terras indígenas, da conservação (com reformas) da monarquia constitucional para a estabilidade política, e da homeopatia em favor dos despossuídos. O francês Jean-Baptiste Eugène Tandonnet, discípulo de Fourier, chegou ao Rio de Janeiro em 1845 vindo de Montevidéu e tornou-se colaborador d'*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*. Com um grupo de falansterianos franceses, fundou no Rio de Janeiro a *Revue Socialiste*, uma das primeiras publicações socialistas no país que em 1846 já não era mais divulgada<sup>11</sup>.

Cabe também a menção à nova prática cultural da homeopatia. Após a fracassada experiência falansteriana em Santa Catarina<sup>12</sup>, o médico francês Benoit Jules Mure deslocou-se, em 1842, para o Rio de Janeiro, onde abriu o primeiro dispensário homeopático em conjunto com Manuel Gaspar de Siqueira Rego, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien, declarados “discípulos veneradores de Fourier”. No ano seguinte fundaram o Instituto Homeopático do Brasil<sup>13</sup> cujo órgão, *O Hahnemannista*, defendia a homeopatia e os preceitos higienistas — banhos, ar puro (“longe dos centros das cidades, das cloacas e dos pântanos”), casas construídas acima do nível do solo, expostas ao vento leste e com aberturas para entrada da luz “em rua vasta ou um quarteirão pouco populoso” (*O Hahnemannista*, 17/09/1846, pp.1-2). Foi iniciativa do médico homeopata Antônio Ildefonso Gomes a petição encaminhada à Câmara dos Deputados, em 22 de janeiro de 1845, solicitando a extinção da escravidão e sugerindo que os escravos logo que pisassem em território brasileiro fossem considerados livres (ROSÁRIO, 1973).

Em fevereiro de 1850, quando a epidemia da febre amarela assolava a cidade, o médico João Vicente Martins dirigiu-se à Câmara dos Deputados oferecendo medicamentos homeopáticos para tratamento da doença e propondo a criação de hospitais onde estes pudessem ser administrados. Não obtendo resposta, reiterou a doação, mas foi ameaçado de deportação por sua insistência e a crítica à medicina alopática (Dicionário Histórico Biográfico

das Ciências da Saúde no Brasil). A solução apresentada pelo governo após a contagem oficial de mais de 4 mil mortos na epidemia foi a criação da Junta de Higiene Pública<sup>14</sup>. Seu presidente submeteu ao Ministério do Império em maio de 1852 as medidas sanitárias necessárias que “aperfeiçoem a higiene pública e particular”: um sistema de esgoto para as águas pluviais e as de serventia pública; a limpeza das praias, ruas e cães; um asilo para os mendigos, o alinhamento “com o qual se deverão conformar as novas construções e reedificações dos prédios”; a remoção do matadouro e das fábricas nocivas à salubridade para fora da cidade “por maneira que não se choquem interesses particulares”; o dessecamento dos pântanos e a “inspeção e regras sobre a educação física da mocidade” e a inspeção das meretrizes (*O Brasil*, 8/5/1852).

Contrariando as recomendações que, associando carências de toda a sorte com sujeira e doença, responsabilizava indiretamente os indivíduos pelo controle da epidemia e justificava também atuações violentas contra os pobres, estava *A Nova Minerva*. Uma das publicações representantes do romantismo brasileiro e editada entre dezembro de 1845 e julho de 1846, assim declarava em sua primeira edição:

Os leitores d’O Globo, ainda também anexo O Socialista de Niterói, sabem que empregando todos os esforços para o triunfo da verdade, temos sempre respeitado as opiniões e as pessoas. Sabemos de antemão que a verdade não se pode estabelecer sem lutas, e longe de odiar lastimamos os instrumentos desta fatal necessidade (dezembro de 1845, p. 18).

Além de apoiar e veicular os benefícios da homeopatia e a criação de instituições de ensino para suprir as lacunas que obstavam o futuro nacional, considerava um dever de governo socorrer “o homem laborioso” e estabelecer uma junta de caridade e de beneficência em cada bairro que

concederia, segundo as circunstâncias, às pessoas inferiores e aos operários que se achassem em miséria por moléstia ou causas independentes deles, socorros resultantes ou de subscrições voluntárias ou de um livre imposto realizado, por exemplo, por um tanto sobre o valor dos aluguéis, fundos que ficariam à disposição das juntas de beneficência” (*A Nova Minerva*, julho 1846, p.106).

A higiene também era assunto da irônica e bissemanal *A Marmota na Corte*, solicitando urgentes providências contra o “despejo noturno (...) na verdade um tal uso desacredita a nobreza desta corte que aliás se acha em tantos apuros, quer dizer, civilizada e desenvolvida até certo ponto” (*A Marmota na Corte*, 2/10/1849, p. 1).

Um personagem a ser mencionado é Manuel de Araújo Porto Alegre. Aluno de Debret na Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro, seguiu com ele para Paris em 1831 onde permaneceu até 1837 quando entrou em contato com o movimento romântico<sup>15</sup>. Conhecido como “homem-tudo” — pintor, arquiteto, paisagista, cenógrafo, caricaturista, jornalista, poeta, dramaturgo, ensaísta e político —, fez parte da primeira geração romântica brasileira cujo objetivo também era a de fundar simbolicamente a nacionalidade<sup>16</sup> e, ao recusar o passado, defendia a monarquia constitucional como um leal súdito do imperador-menino (ROCHA, 2014). Reconhecido como sansimonista por Salgueiro (2003), além de colaborador da revista *A Minerva Brasiliense* (1843-1845), editou *A Lanterna Mágica* (1844-1845) o primeiro periódico a trazer caricaturas e que, em suas 23 edições, denunciou a corrupção, a especulação e os políticos. *O Guanabara*, revista científica e literária (1849-1855), dirigida por ele, Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias, publicava “tendências do pensamento da atualidade” e declarava sua posição: “devemos concentrar todas as nossas forças para o desenvolvimento moral e intelectual, única base de um seguro e permanente progresso” (*O Guanabara*, apud MATTOS, 2007, p. 22). Voltarei a discorrer sobre Porto Alegre.

*O Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* louvava o socialismo desta forma:

Agora que a falange do partido reacionário, tanto em França como em Alemanha, emprega a cada passo o nome de socialismo e comunismo como espantalho para atrair a si os medrosos, é do dever de todo o homem reto e de juízo independente declarar que hoje o comunismo não é mais que uma palavra, uma coisa que já não existe: quanto ao socialismo, isto é, a nova filosofia social, este sim, vai criando raízes cada vez mais profundas nas modernas sociedades civilizadas. Mas não é ele tão perigoso como o querem fazer, e todos os estadistas enfim que cumprem com sua missão olhando para o futuro o são no sentido filosófico da palavra. O socialismo, considerado de alto ponto, é a ciência social; o homem que não a possui nunca poderá ser um grande e verdadeiro

político, nem um grande e verdadeiro cristão! (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 01/02/1851, GRIFO NOSSO).

Louvando os sainsimonianos Enfantin e Michel Chevalier como também Louis Blanc, reconhecia que sem a substituição dos braços cativos por braços livres, os caminhos de ferro e a colonização em pequena escala “hoje dois pontos inteiramente ligados no Brasil” seriam “pura perda de fundos” (29/06/1852).

O papel de órgão de denúncia e de oposição política desempenhado pela imprensa pode ser acompanhado no semanário *Compilador* sobre a situação sanitária do Rio de Janeiro que “não é infelizmente qual seria de desejar” (*Compilador*, 17/05/1852, p. 2).

Como democratas e revolucionários a soberania nacional é o nosso dogma, a liberdade o nosso princípio (*Compilador* 240/5/1852, p. 1).

A nós que aqui estamos não nos espanta tanto o mapa [oficial da mortalidade], o que nos espanta é o abandono imperdoável em que se acha a cidade, a mais sã até há poucos anos passados (*Compilador* 07/06/1852, p. 1).

A constituição diz que a lei é igual para todos (...) e o povo vê, sente que o mais escandaloso patronato rouba mil vezes o direito a quem o tem; e que a proteção da lei é somente privilégio do rico, assim como castigo cai unicamente sobre a cabeça do pobre (*Compilador* 28/11/1852, p. 3).

Mais um personagem é o general José Inácio de Abreu e Lima. Declarando-se sansimonista, fourierista, comunista, abolicionista, anti-racista, defensor da propriedade privada limitada pelos interesses sociais e monarquista (por acreditar que a monarquia seria o único meio de garantir a unidade do Brasil), foi autor do livro “O Socialismo” publicado em 1855.

O socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma ideia: é mais do que tudo isto, porque é um desígnio da Providência. Em que consiste o socialismo? Na tendência do gênero humano para tornar-se ou formar uma só e imensa família (ABREU E LIMA, 2001, p. 31).

No semanário *A Abelha*, encontram-se comentários elogiosos ao livro “Curso de Economia Política” de autoria do sansimonista Michel Chevallier (*A Abelha*, 30/04/1856, p. 5 e 15/05/1856, p. 7). E apoiando os princípios higienistas reconhecia como

de absoluta necessidade que as autoridades sanitárias e administrativas examinem os estabelecimentos e processos industriais, (...) [se] neles são guardadas as regras e preceitos da higiene pública e polícia sanitária (...) e que uma lei regule a duração do trabalho nas oficinas (*A Abelha*, 16/02/1856, p. 4).

Outras publicações também circularam na cidade no período em exame poderiam ser aqui incluídas, mas fiquemos com *O Reformista* e a *Opinião Liberal*. O primeiro, assim, se manifestava em relação às mulheres:

É verdade que as mulheres são metades do mundo e vítimas da tirania dos homens, porém dos homens que [se] deixam arrastar pelas paixões sem raciocinar sobre as conveniências sociais. Aqueles que com meditação calma e bastante racionais e desinteressados pensam somente no bem-estar da sociedade que pertencem e nas conveniências sociais não são tiranos, e longe de torná-las vítimas, as respeitam, como se deve respeitar (*O Reformista*, 17/01/1855, p. 2).

*A Opinião Liberal* reproduziu o discurso de Victor Hugo ao presidir o Congresso da Paz em 1867, em Lausanne (Suíça):

O meu socialismo data de 1828. Tenho, pois, o direito de falar dele. O socialismo é vasto e não acanhado. Dirige-se a todo o gênero humano. Abraça a concepção social e inteira. Ao mesmo tempo que planta a importante questão do trabalho e do salário, proclama a inviolabilidade da vida humana, a abolição do homicídio sob todas as suas formas, e a reabsorção da penalidade pela educação, maravilhoso problema resolvido (*Muito bem!*) Proclama o ensino gratuito e obrigatório. Proclama o direito da mulher como igual ao homem (*Muito bem aplausos!*) Proclama enfim a soberania no indivíduo, que é idêntica à liberdade. O que é tudo isso? É o socialismo. Sim. É também a república (*Prolongam os aplausos*) (*Opinião Liberal*, 25/04/1868 p. 3).

## Projetos socialistas românticos para o Rio de Janeiro

Após a chegada da Colônia Lebreton (ou Missão Francesa) em 1816 intervenções pontuais ocorreram especialmente na Cidade Nova, área de expansão onde se fixou o centro de poder do império português. Os anos que se seguiram marcaram o “urbanismo imperial” (Fridman, 2009), coletânea de soluções que procuraram demonstrar a nova condição de corte e de capital de um país. Visando a melhoria das condições de salubridade, houve um decreto em 1835 relativo à demarcação de um canal e de caminhos e, três anos depois, as posturas municipais<sup>17</sup> referiam-se à obrigatoriedade do alinhamento das ruas, cujas larguras não deveriam ser inferiores a 60 palmos (13,20 metros), e das praças e largos desenhadas como quadrados perfeitos (Mendonça, 1936).

Oito anos depois surgiu um *plano de conjunto* para a capital. O Relatório do diretor de Obras Públicas (1843), o engenheiro e marechal de campo Henrique Beaurepaire Rohan, ao alegar que muitos dos problemas decorriam da inexistência de um arranjo global, enunciou o *Plano Colossal* com a aplicação de regras geométricas ao desenho da cidade e de normas de edificação e de parcelamento. Indicando a arborização dos espaços livres para aeração e prazer e considerando a poluição da Baía de Guanabara “uma indecência”, propôs ainda a derrubada do morro do Castelo, a drenagem dos charcos, a pavimentação de ruas, o deslocamento de matadouros, cemitérios e hospitais e a implantação do abastecimento de água, da coleta de lixo e do esgotamento sanitário. Para facilitar a circulação, recomendou a demolição de mais de 5.000 prédios (que corresponderiam a 40% dos existentes) a partir daqueles de menor valor, e a ampliação do número de quadras com a abertura ou prolongamento de mais de 50 ruas e praças na direção oeste da cidade. A largura das ruas teria 17,6 metros, os quarteirões mediriam 66 metros e a testada dos lotes-padrão 13,2 metros. Para o financiamento deste plano urbano organizar-se-ia uma sociedade por ações com participação dos proprietários das casas e de empresas privadas além dos recursos advindos de novos impostos.

Rohan, ao considerar o poder público “acima dos interesses particulares e visando o bem da sociedade” (RABHA, 2008, p. 17), recomendava conhecer as demandas da população e as condições sociais. E, sendo um entusiasta do progresso e do espraiamento, indicava a construção de estradas de ferro para “harmonizar” o território. São inegáveis as semelhanças com as proposições pós-fourieristas de Perreymond. É possível afirmar ainda sua

aproximação com o ideal abolicionista propondo o gradual desaparecimento da escravidão e o estabelecimento de colônias modelos com trabalhadores nacionais<sup>18</sup>.

O “homem-tudo” Manuel de Araújo Porto Alegre foi vereador durante o período 1848-1853. Na sessão de 25 de junho de 1853, submeteu ao exame da Câmara uma medida “de tranquilidade” para a vigilância sobre a “classe dos criados de servir, quer livres ou escravos”. Estes deveriam estar matriculados em um livro próprio na Câmara que concederia uma caderneta a ser registrada na Polícia. Guardada pelo seu patrão até o momento de sua saída, na Caderneta deveriam constar observações sobre seu desempenho, inclusive moral. Na mesma ocasião anunciou ainda a criação de uma escola para o “ensino e o aperfeiçoamento dos artesões e artífices que se ocupam de alvenaria, carpintaria e cantaria”. Aberta aos domingos e dias santos, o curso, com duração de 3 anos, ofereceria noções de matemática, geometria descritiva, mecânica, ótica e a “arte de plantear um terreno ou um edifício” para dar

não somente à cidade (...) como também ao país inteiro, uma quantidade de homens úteis e inteligentes e aptos para a realização de todas as artes que estão no domínio administrativo desta casa e que são aquelas que fazem o lustre, a beleza e o cômodo das cidades e dos homens civilizados (AGCRJ, *Legislação Municipal. Câmara Municipal, Atas de sessões 1853*, fls. 125 e 126)<sup>19</sup>.

Ele e seu colega Gonçalves Fontes, preocupados com o fato de que “na capital do Império se consinta que cada um edifique à sua vontade, sem atenção não só ao embelezamento da cidade e mais ainda à salubridade”, em 2 de julho de 1853 submeteram à aprovação as seguintes normas: “Nenhuma casa será edificada ou reedificada na Cidade e seus subúrbios sem ser segundo o prospecto estabelecido pela Câmara Municipal” sob pena de multa, prisão e demolição do já feito. Neste prospecto estariam definidos os tipos de construção (sobrados ou um ou dois andares sobre o pavimento térreo) de acordo com as ruas da cidade. E se no quarteirão existissem “prédios elegantes e construídos em conformidade com as Posturas, o Engenheiro designará um deles para servir de prospecto”. Um mestre já matriculado<sup>20</sup> deveria ser indicado para as obras, (AGCRJ, *Legislação Municipal. Câmara Municipal, Atas de sessões 1853*, fls. 130 e 131). Em sua proposta consta o seguinte argumento:

A Câmara Municipal tem uma planta que representa o passado desta Cidade, não tem uma planta que demonstre o seu presente, e ainda não tem um plano que determine o seu futuro. Para conseguirmos esta necessidade e obtermos a maior ruína é necessário desde já começar a planta da Cidade futura, e sobre ela criar essa nova Cidade que deverá em poucos anos tomar o caráter da Capital de um Império (AGCRJ, Legislação Municipal. Câmara Municipal, Atas de sessões 1853, fl. 132, GRIFO NOSSO).

Para a “pronta realização desta obra”, referindo-se às leis que vigoravam nas grandes cidades europeias sobre altura das casas, pé direito e ventilação e com claro propósito de intervenção, sobretudo nas moradias, sugeriram a criação de uma Comissão especial para preparar o *plano*. Formada por dois engenheiros da Câmara auxiliados por um “desenhador”<sup>21</sup> além de dois arquitetos e dois pintores, tal Comissão “unida à Comissão de Saúde Pública poderá vigiar sobre toda a sorte de construções e objetos de arte que forem destinadas para a vista do público” (PORTO ALEGRE, 1935, p. 309). Aventaram que, além da não concessão de terras dentro e fora da cidade e de licenças para reparos, não se abrissem novas ruas sem que a Comissão estudasse a “conveniência, forma e direção dessas novas ruas e que as consigne no seu plano”. Finalmente para o “melhoramento de toda a cidade” se estabelecesse “o mais prontamente possível” o sistema de esgotos e que por ele se regulassem as calçadas. A decisão da Câmara foi o seu encaminhamento à apreciação da qual ainda não possuo informações sobre a conclusão.

Ainda quanto ao legislativo municipal, o vereador Haddock Lobo insistiu na abertura de uma ou mais ruas com a largura de 80 palmos (17,60 metros) “em um ou dois cruzamentos, de modo a facilitarem o serviço público e tornarem menos sensível a pouca largura das outras” (*Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, 26/11/1853). Em 1866, o médico e vereador José Pereira Rego<sup>22</sup>, chegou a redigir projeto de posturas para uniformizar a arquitetura das casas, cujos modelos seriam fornecidos pela Câmara, e para impedir a construção de cortiços na Cidade Velha. Tal projeto foi arquivado, no entanto tornou-se a base do Relatório da Junta de Higiene Pública.

Por outro lado, ainda com relação à necessidade de controle e de um projeto para o futuro, em 1860 Ferreira Soares, um importante funcionário público do Ministério da Fazenda também lamentava a ausência de um *plano* sistemático que presidisse a edificação na Cidade Velha cujas ruas eram muito estreitas (FERREIRA SOARES, 1860 apud BENCHIMOL, 1992, p. 131).

Um personagem que pode ser citado, com reservas, é Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá. Foi comissionado em 1857 para a obra de abertura de um canal no Mangue da Cidade Nova<sup>23</sup> na perspectiva dos *melhoramentos*, combinação de higiene com embelezamento. Este empreendimento, contando com 400 trabalhadores, localizava-se em uma região com sérios problemas de saneamento, como já assinalado. Além de disponibilizar aos empregados dormitórios coletivos, biblioteca, cozinha, botica, tanques para lavar roupa e jardins, declarava-se abolicionista e como introduziu os caminhos de ferro e a indústria no país, foram as razões para tornar-se representante do “sansimonismo industrial brasileiro” de acordo com Abramson (1999).

A marca do que a partir de então se instaura como pensamento *urbanístico* no Rio de Janeiro vincula-se ao *plano* cuja base era a higiene pública, institucionalizando a medicina social como ideologia do Estado (CHALHOUB, 2003). Neste sentido, desígnios para remodelação de bairros, alargamento de ruas, arborização, redes de água e esgotos e limpeza pública foram aventados no intuito de transformar o Rio de Janeiro em modelo com a definição de “diretrizes a serem seguidas pelos poderes locais e central” (RABHA, 2008, p. 38). Não por coincidência aportou como funcionário do império, em 1858, o botânico francês Auguste François Marie Glaziou para realizar projetos paisagísticos em espaços públicos da cidade de acordo com o modelo haussmanniano de Paris.

Com o ideário socialista romântico já desaparecendo dos projetos de intervenção, consolidou-se a dimensão técnica e normativa com aparente caráter universal, base despolitizada dos *planos* que se sucederão. Da década de 1860 datam a instalação de redes de esgotos e de águas pluviais na área central e nos anos setenta o Ministério do Império teria reafirmado como questão premente a melhoria das condições higiênicas e de circulação, leia-se a resolução do problema da “habitação proletária”<sup>24</sup>. Foram também elaborados dois Relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade (1875 e 1876) chamados de “Plano dos Engenheiros” por Benchimol (1992).

O primeiro Relatório definiu como foco de atuação a zona periférica ao centro e prescreveu um conjunto de normas, sobretudo relativas à ventilação, para a construção de casas particulares. Tal perspectiva relacionava-se às epidemias associadas aos cortiços concentrados em uma localidade estratégica para a expansão urbana, a Cidade Nova<sup>25</sup>. Esta região foi definida como prioritária para as obras de saneamento, de alargamento e abertura de ruas e praças, de dessecamento dos pântanos e de escoamento das águas pluviais

a serem executadas pelo setor privado em regime de concessão. À “Cidade Velha”, isto é, à área central, o segundo Relatório visou o arrasamento dos morros do Castelo, Santo Antônio e do Senado, a retificação das principais ruas com a derrubada de prédios de pequeno valor e a abertura de dois grandes eixos para facilitar a circulação em direção aos arredores. Neste sentido, com duas regiões da cidade privilegiadas, reintroduziu-se a atuação pontual.

## Conclusão

Os ideários socialistas românticos (no plural, por serem muitos) pregavam a conservação do que havia de bom e a melhoria do insuficiente em uma justaposição de princípios éticos cristãos com a técnica: o “novo cristianismo” ou a “religião da ciência” ou a nova religião “humana fraternal” inspirava mudanças no sentido de uma nova sociedade onde as classes sociais conviveriam em harmonia no “estado de paz”. A vinda ao país de imigrantes notadamente franceses — profissionais liberais, militantes e trabalhadores — assim como os clamores de nossos vereadores, filantropos, idealistas, associações mútuas e da imprensa aceleraram a circulação de ideários e de modelos adaptados, na maioria das vezes, ao regime político em vigor, ainda que contestado.

Levando em conta as demandas da população, os homens de “boa vontade” — os socialistas, incluindo os reformadores sociais e os humanistas cristãos — recomendavam a “higiene para o povo”, o progresso, a racionalidade aliada à estética e à “utilidade”, a abolição da escravatura, a emancipação dos pobres, a monarquia constitucional (ou mesmo a república), a colonização, a homeopatia, os direitos das mulheres, a demarcação das terras indígenas, o descanso aos domingos e a transformação social e pacífica através de novos espaços a serem concebidos em planos de conjunto para as cidades como totalidades territoriais (a “metrópole” no contexto regional e, quiçá, nacional).

Mesmo que possamos também considerar tais planos como esboços de zoneamento, para o período analisado devemos ser cautelosos ao utilizar expressões como urbanismo moderno ou ainda planejamento urbano e regional sob risco de anacronismo. No entanto, é inegável que suas raízes já se encontravam fincadas. Aquelas propostas podem ser lidas como formulações progressistas, de um socialismo “generoso” e “escassamente subversivo” se comparado ao socialismo revolucionário que se consolidará

na cidade a seguir. No último quartel do século aquele plano de conjunto se transformará na “ordem repressiva do plano” com suas ações pontuais. Uma política urbanizadora como remédio aplicado *a posteriori* para preparar a modernidade industrial e sua impossível estabilidade política.

## Notas

1 O presente artigo, um desdobramento do texto “Socialismo e progresso no Rio de Janeiro do século XIX”, resulta da pesquisa “Espaço e plano. Capítulos da urbanização fluminense”, desenvolvida junto ao Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (IPPUR/UFRJ) com apoio do CNPq e da FAPERJ. Agradeço aos bolsistas Thaiané Barbosa da Silva, Anderson da Silva Santos e Juliana Costa de Andrade pela dedicada ajuda no levantamento de dados.

2 Seguindo Rousseau no sentido de que o homem é bom por natureza, Morelly reconheceu o direito de cada cidadão participar da vida econômica de acordo com suas capacidades e de ser mantido à custa da coletividade.

3 A modernidade e o capitalismo, cuja origem encontra-se na Renascença e na Reforma Protestante, tornaram-se fenômenos hegemônicos no Ocidente a partir da segunda metade do século XVIII.

4 Ao exilar-se na América durante 15 anos após a revolução de 1848, organizou o falanstério *La Réunion*, no Texas (Estados Unidos). Encontrei uma referência de que Considerant teria estado no Brasil em 1853, no entanto não há traços de sua presença que confirmem a informação. Como um homem de esquerda e republicano, ao retornar à França, em 1869, aderiu à 1ª Internacional e à Comuna de Paris.

5 “Uma nova era começa. Dias em que grandes mudanças serão possíveis”. Em uma carta datada de 1858 dizia que estas frases não exprimiriam todo seu pensamento na década de 1830, pois desejava ardentemente que a França proclamasse então a república e o socialismo, mesmo que ele ainda não tivesse ainda inventado aquela última palavra (LE GUILLOU, 1983).

6 Em 1839, a corporação dos tipógrafos, da qual Leroux fazia parte, criou uma clandestina sociedade mutual que, em 1843, conseguiu negociar com os mestres gráficos uma tarifa única, negando assim os preceitos da economia concorrencial capitalista. Esta sociedade criou um fundo especial para os grevistas, os desempregados e os doentes. Naquele mesmo ano, Leroux organizou uma

comunidade em Boussac (Creuse, França) onde havia além da gráfica, hortas e pomares. Ao tornar-se prefeito daquela localidade, Leroux ali proclamou a república em 1848.

7 Nos seu “Etudes sur les reformateurs ou socialistes modernes” irá descrever o socialismo de Saint Simon, Owen, Fourier e Cabet, pelo qual foi premiado pela *Académie des Sciences Morales et Politiques*, em 1841. Proudhon criticou a superficialidade de seus escritos.

8 Estas revelações seriam utilizadas pelo revolucionário Louis Auguste Blanqui em suas denúncias do capitalismo.

9 No entanto também dizia ter sido a Revolução Francesa “um acontecimento desgraçado que retardou os progressos reais”. Lembre-se que no começo da década de 1840 desembarcaram em Recife engenheiros franceses contratados pelo governo da província. Um deles, Louis Léger Vauthier, era um politécnico fourierista que fez amizade com o fundador da revista *O Progresso*, de grande repercussão ao divulgar a necessidade de expropriação de terras; do imposto territorial sobre áreas não exploradas e sobre as heranças e rendas superiores a 200 mil réis anuais; da “celeridade no transporte”; de incentivo a pequenos e médios proprietários rurais; da libertação dos escravos; da criação de um Banco Popular, da reorganização espacial com novas circunscrições territoriais e de Conselhos Provinciais para verificação das contas dos órgãos públicos.

10 A maioria declarava-se contrária à escravidão.

11 O semanário *Courrier du Brésil*, que saía aos domingos cariocas entre 1854 e 1862, cujo editor foi o socialista francês Antoine Hubert, recebia contribuições de exilados do movimento francês de 1848. Em futuro artigo irei dedicar-me a este jornal.

12 Adeptos da fourierista *Société Union Industrielle* vieram ao Brasil em 1841 para estabelecer o falanstério do Saí, considerada a primeira experiência socialista romântica no Brasil.

13 Do Instituto saíram também os estatutos da Companhia de Seguros sobre a Vida de Escravos Prosperidade (provavelmente fundada em 22 de dezembro de 1845) e da qual pouco se conhece.

14 Em 1851 passou a denominar-se Junta Central de Higiene Pública. Esta seguia o modelo do Conselho Geral de Saúde da Grã-Bretanha, criado em 1848, cuja atuação baseava-se na concepção de uma relação direta entre insalubridade das habitações, imundície do meio ambiente, inexistência das redes de água potável e de esgoto e de coleta regular de lixo, desnutrição e as doenças. Este ponto de vista justificava a fiscalização das condições sanitárias de cada localidade.

15 Com seus amigos Francisco de Sales Torres Homem e José Gonçalves de Magalhães lançou em 1836 em Paris a revista *Nitheroy* cujo lema era “tudo pelo Brasil e para o Brasil” considerada o marco inicial do romantismo brasileiro. Com apenas dois números coincidiu com a publicação no mesmo ano dos poemas “Suspiros poéticos e saudades” de Gonçalves de Magalhães, reputados como balizas do surgimento do romantismo.

16 A seu nome de batismo Manoel José de Araújo incorporou Porto Alegre, cidade onde nasceu. Foi criador da expressão “brasiliana” para a coleção de obras e estudos sobre o Brasil (COLI, 2005 apud KOVENSKY, 2014).

17 A lei de 1º de outubro de 1828 determinou que as Câmaras teriam a responsabilidade de formular as posturas (relativas ao alinhamento, limpeza, higiene, iluminação e ao descongestionamento dos logradouros públicos) através de um quadro de funcionários que também seriam responsáveis por sua fiscalização (M. MARX, 1991).

18 Defensor da ordem, Beaurepaire Rohan participou da repressão durante o período regencial aos movimentos populares, como a Sabinada na Bahia. Foi também Presidente das províncias do Pará e da Paraíba, Diretor das Obras Militares da Corte, Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela, Ministro da Guerra e chefe da Comissão Encarregada do levantamento da Carta Geral do Brasil. Já no final de sua vida, durante a década de 1880 aproximou-se de André Rebouças (SANTOS e MOTTA, 2010).

19 O vereador Francisco de Paula Mattos solicitou, ainda, em junho daquele ano, disposições relativas, entre outras, à criação do Asilo da Infância Desvalida; aos

banhos públicos e às providências sobre cortiços, “melhoramentos para a Cidade” necessários ao “aumento das rendas municipais” (Diário do Rio de Janeiro, 28/8/1855, p. 2).

20 No livro a ser instituído na Câmara, seriam inscritos primeiramente os mestres de obras “reputados como tais” e dois meses depois aqueles que apresentassem “atestado de habilitação” firmado por dois mestres matriculados (...) acompanhado da informação dos Engenheiros”.

21 “(...) para que este vá passando a limpo os seus trabalhos parciais, e ajude no trabalho geral” (ibidem, fl. 132).

22 O futuro barão do Lavradio foi vereador durante três anos (1865-1868) e ocupou o cargo de presidente da Junta de Higiene no período entre 1864-1881.

23 Onde também estava sendo erguida sua companhia de gás para iluminação pública.

24 Este “problema” deu origem, além de posturas, à constituição de empresas de construção de moradias populares — as chamadas “Evoneas”.

25 Aquela área abrigava, em 1870, 21.929 trabalhadores pobres entre libertos e estrangeiros brancos (ABREU, 1987).

## Referências Bibliográficas

- ABRAMSON, P. L. *Las utopías sociales em América Latina en el siglo XIX*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- ABREU e LIMA, J. I. *O socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan; Jorge Zahar ed., 1987.
- ACADÉMIE FRANÇAISE. *Dictionnaire de l'Académie Française*. Tome 2. Paris: F. Didot, 1878. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50410d>. Acesso em: 12/11/2016.
- BATALHA, C. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. In: *Cadernos AEL* (6), n.10/11, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário do movimento operário*. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920. Militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

- \_\_\_\_\_. "Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente". In: *Revista Mundos do Trabalho* (2), n.4, ago-dez 2010.
- BENCHIMOL, J. **Pereira Passos**. Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BOURILLON, Florence. "Des relectures d'Haussmann". In: *Histoire urbaine* (1), n.5, 2002. Disponível em: [www.cairn.info/revue-histoire-urbaine-2002-1-page-189.htm](http://www.cairn.info/revue-histoire-urbaine-2002-1-page-189.htm). Acesso em: 20/10/2016.
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis: o historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COLE, G.D.H. **Historia del pensamiento socialista**. 7 vols. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- COLI, J. **Como entender a arte brasileira do século XIX**. São Paulo: Senac, 2005.
- Dictionnaire d'Economie Politique**. Tome Second. Paris: Librairie de Guillaumin Cie., 1853. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k224108/f639.item.zoom>. Acesso em 1/11/2016.
- Dicionário histórico biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 12/11/2016.
- FERREIRA SOARES, S. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1977 [1860].
- FRIDMAN, F. "Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro". In: *Revista Acervo*, 1, 2009, pp. 139-152.
- GALLO, I. "O socialista da província do Rio de Janeiro: um olhar sobre o socialismo do século XIX". In: *Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUH/SP*, 2008.
- GRUNBERG, L. "L'origine des mots socialisme et socialiste". In: *Revue d'Histoire des Doctrines Economiques*, 1909.
- KOVENSKY, J. e SQUEFF, L. (Orgs.). **Araújo Porto Alegre: singular e plural**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2014.
- KOVENSKY, J. "O Álbum de Araújo Porto Alegre". In: KOVENSKEY, J. e SQUEFF, L. (Orgs.). **Araújo Porto Alegre: singular e plural**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2014.
- LE GUILLOU, L. "Ecrivains et artistes em 1830". In: *Romantisme* (13) n. 39, 1983.
- LOWY, M. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LOWY, M. e SAYRE, R. **Revolta e melancolia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [1992].
- LUCA, T. R. **O sonho do futuro assegurado**. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.
- MARX, M. **Cidade no Brasil**. Terra de quem?. São Paulo: Nobel / Edusp, 1991.
- MATTOS, S. R. **Para formar os brasileiros**. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil. São Paulo: PPGH/USP, 2007 (Tese de doutoramento).
- MENDONÇA, V. "Três datas históricas do urbanismo carioca". In: *Revista da Directoria de Engenharia*, 5, 1936, pp. 319-325.
- MORELLY. **Código da natureza**. Campinas: Editora Unicamp, 2ª ed., 2013 [1755].
- MORET, F. "Penser la ville en fouriériste. Les projets pour Paris de Perreymond". In: BOWIE, K. (Org.). **La modernité avant Haussmann**. Formes de l'espace urbain à Paris 1801-1853. Paris: Editions Recherches, 2001.
- OTERO, A. S. e GROSSI, M. M. **La llamada revolución industrial**. Caracas: Universidad Católica Andres Bello, 2005.
- PAPAYANIS, Nicholas. "L'emergence de l'urbanisme moderne à Paris". In: BOWIE, Karen (Org.). **La modernité avant Haussmann**. Formes de l'espace urbain à Paris 1801-1853. Paris: Editions Recherches, 2001.
- PICON, A. "Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização". In: SALGUEIRO, H. A. **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2001 [1996].
- PORTO ALEGRE, M. A. "Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro". In: *RIHGB*, tomo 166, 1935 [1853; 1854].
- RABHA, N. C. E. (Coord.). **Planos urbanos**. Rio de Janeiro, o século XIX. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008.

**Revue Générale de l'architecture et des travaux publics.** 1842-1844.

Disponível em: <https://archive.org/details/revuegnraled31842pariuoft>; <https://archive.org/details/revuegnraled41843pariuoft>; <https://archive.org/details/revuegnraled51844pariuoft>. Acesso em: 11/3/2014.

ROCHA, J. C. C. "A lírica do exílio e a primeira geração romântica". In: Kovensky, J.; Squeff, L., op.cit.

RODRIGUES, E. **Pequena história da imprensa social no Brasil.** Comunicação Comunitária, 1996. Disponível em: [www.portalgens.com.br/comcom/textos.htm](http://www.portalgens.com.br/comcom/textos.htm). Acesso em: 11/02/2012.

ROSÁRIO, A. M. V. "Relação de documentos do arquivo histórico da Câmara Federal relativos à escravatura no Brasil". In: **Anais do VI Simpósio Nacional da ANPUH**, volume 2, 1973. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S06.48.pdf>. Acesso em: 15/11/2016.

SALGUEIRO, H. A. **A comédia urbana: de Daumier a Porto Alegre.** São Paulo: Editora Faap, 2003.

SANTOS, C. e MOTTA, M. M. "Um retrato do Império. Abolição e propriedade na trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan". In: *Ler História*, n. 58, maio 2010.

LIMA SOBRINHO, B. "Prefácio". In: ABREU E LIMA, J. I. **O socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

TOPALOV, C. "Introdução". In: **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades.** São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014 [2010].

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Volume 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963].

VILLAÇA, F. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". In: DÉAK, C. e SCHIFFER, S. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: FUPAM / Edusp, 1999.

## Fontes

### Biblioteca Nacional

Divisão de Obras Raras: **Opinião Liberal** (1866-1868) — P11,07,27

Periódicos microfilmados: **O**

**Hahnemannista** (1846) — PR-SUR 00750; *Jornal dos Typographos* (1858) — PR-SPR 00031[1]

Hemeroteca Digital: Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/> — **Diário do Rio de Janeiro** (1820-1858); **O Brasil** (1840-1852); **A Lanterna Mágica** (1844-1845); **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal** (1848-1868); **O Guanabara** (1849-1855); **A Nova Minerva** (1845-1847); **A Marmota na Corte** (1849-1853); **O Brasil** (1852); **Reformista** (1853); **O Globo** (1852-1854); **Compilador** (1852-1853); **Courrier du Brésil** (1854-1862); **A Abelha** (1856);

### Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

**Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Proposta e pareceres dos vereadores Francisco de Paula Mattos e Manoel de Araujo Porto Alegre** (1853)

— Fundo: Câmara Municipal. Série: Melhoramentos. 46.2.53 (Volume 03)

**Legislação Municipal — Câmara Municipal; atas das sessões (1850-1851).**

Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.1.

**Legislação Municipal — Câmara Municipal; atas de sessões de 25/4/1851 a 26/1/1853 (1851-1853).** Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.2.

**Legislação Municipal — Câmara Municipal; atas de sessões de 29/1/ a 17/12/1853 (1853).** Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.3.

## QUADRO 1

**Sociedades de Ajuda Mútua existentes na cidade do Rio de Janeiro — 1835/1875**

Sociedade Beneficente Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais	1835
Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives	1838
Associação Nacional dos Artistas Brasileiros — Trabalho, União e Moralidade	1853
Associação Tipográfica Fluminense	1853
Sociedade P.de M. União dos Artistas	1856
Sociedade Beneficente dos Artistas da Construção Naval	1858
Associação Nacional dos Artistas do Rio de Janeiro	1859
Sociedade Beneficente dos Operários e Artistas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro	1859
Sociedade Filantrópica dos Artistas	1860
Associação de Socorros Mútuos e Montepio dos Empregados da Estrada de Ferro D. Pedro II	1861
Socorro Mútuo do Comércio	1861
Associação Beneficente dos Empregados do “Jornal do Commercio”	1862
Associação Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	1863
Sociedade Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses	1863
União Beneficente Comércio e Artes	1863
Associação dos Compositores do “Jornal do Commercio”	1868
Sociedade Beneficente Protetora dos Chapeleiros do Rio de Janeiro	1869
Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleiros	1869
Associação de Socorros Mútuos “Liga Operária”	1870
Sociedade Montepio dos Artistas do Rio de Janeiro	1870
Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Lagoa	1871
Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional	1873
Sociedade Beneficente dos Maquinistas	1873
Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão	1875
Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas	1875
Sociedade Beneficente Musical Progresso do Engenho de Dentro	1875
Sociedade de Socorros Mútuos dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlatas	1875

Fonte: Batalha (2009)

Recebido em 28/11/2016

Aprovado em 6/02/2017